

Programa “Segunda Chance”: a chance de acabar com a escolarização da EJA¹

Renan Mendonça do Nascimento²

Andreza Cristina Rangel Prevot³

Lívia Maria Marques Ribeiro de Souza⁴

Lucas Linhares de Santana Reis⁵

Everardo Paiva de Andrade⁶

RESUMO

A presente proposta de comunicação oral parte tanto de reflexões e vivências acumuladas nos últimos sete meses acompanhando - no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Ensino de História - as turmas do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quanto dos diálogos teóricos com as autoras Alessandra Nicodemos e Jacqueline Ventura, pesquisadoras da modalidade. No nosso cotidiano escolar, compartilhamos com professoras e professores a preocupação diante dos ataques à EJA, como fechamento de turmas e processos de desescolarização, que tem como ação central o investimento na certificação. Exemplo disso é o programa “Segunda Chance”, que é uma política de certificação implementada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) no ano de 2025, na vigência do governo Cláudio Castro. Entendemos esse projeto como um catalisador das ações de desescolarização por se tratar de uma política pública que se propõe a certificar estudantes matriculados na modalidade através de exames para aqueles considerados em defasagem etária com a sua série escolar, propondo a aceleração da escolarização destes. Com os profissionais da EJA alijados e, consequentemente, desvalorizados na discussão sobre os projetos voltados ao ensino da gestão executiva de Cláudio Castro, torna-se urgente mobilizar mecanismos e estratégias para enfrentar essas ações governamentais neoliberais com esses trabalhadores e discentes da Educação de Jovens e Adultos, colocando-os como protagonistas desse processo. Diante desse contexto, apresentaremos as ações do PIBID no enfrentamento deste programa, realizando rodas de conversas sobre o tema na escola, além da construção de uma produção audiovisual pelos licenciandos e pela supervisora que se propuseram a compartilhar informações nas redes sociais para estudantes e professores sobre os ataques à escolarização.

1 Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, renanmn@id.uff.br;

2 Bacharel e licenciada em História na Universidade Federal Fluminense - UFF, professora de História nas Redes Municipal e Estadual do Rio de Janeiro, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação na UFF, andreza.prevot@gmail.com;

3 Graduanda do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, liviamariamarquesribeirosouza@id.uff.br;

4 Graduando do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Fluminense - UFF, lulinhares@id.uff.br;

5 Professor da FEUFF, graduado em História, doutor em Educação, everardoandrade@id.uff.br.

6 Termo utilizado conforme a abordagem das pesquisadoras Alessandra Nicodemos e Mariana Cassab. Para ver mais: CASSAB, Mariana; NICODEMOS, Alessandra. **A Educação de Jovens e Adultos no tempo presente: entre silenciamentos, invisibilidades, retrocessos e resistências**. Revista Cocar, Belém, v. 11, n. especial, p. 1-20, fev. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5076>>. Acesso em: 07 out. 2025.



Palavras-chave: EJA, Certificação, Desescolarização, Políticas públicas.

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido alvo de sucessivos desmontes e políticas de desresponsabilização do Estado, que ameaçam seu papel histórico como espaço de inclusão e emancipação social, sendo essencial para a construção de dignidade aos sujeitos e corrigir as disparidades sociais. Em meio a esse cenário de ataques e reformas educacionais de caráter ultraneoliberal⁷ no Estado do Rio de Janeiro, torna-se imprescindível refletir sobre o lugar dessa modalidade da educação básica na escola pública e sobre as formas de resistência formadas por professores, estudantes e programas de formação docente contra os movimentos de desescolarização.

A conjuntura educacional fluminense vem revelando um preocupante movimento de esvaziamento e desvalorização da EJA, marcada por políticas que priorizam a certificação em massa em detrimento de uma formação plena e integral no ambiente escolar. A título de um exemplo recente, temos a implementação do Programa Segunda Chance, que entendemos como um catalisador das ações de desescolarização por se tratar de uma política pública que se propõe a certificar alunos matriculados na modalidade através de exames para aqueles considerados em defasagem etária com a sua série escolar, propondo a aceleração da escolarização destes, ou seja, acarretando um esvaziamento das turmas.

O diálogo com as produções de Jaqueline Ventura e Alessandra Nicodemos nos permite denunciar essa reforma educacional ultraneoliberal, mostrando como ela contribui para o enfraquecimento da EJA e reforça a certificação em massa como solução, sem considerar a formação plena do estudante. Ventura (2011, p. 93) destaca a necessidade de “superar concepções e práticas conformadoras à ordem capitalista e articular a EJA na luta por transformações estruturais na sociedade brasileira”. Já Nicodemos e Cassab (2022) analisam os impactos das reformas educacionais recentes, enfatizando a certificação acelerada e a Educação à Distância como fatores de desescolarização. Inclusive, Arroyo (2001) e Freitas (2014) também contribuem para a compreensão do desmonte da educação popular e das consequências das reformas para a EJA.

METODOLOGIA

⁷ Como mostra Cassab e Nicodemos (2022, p. 4), a característica distintiva dos educandos/as da EJA com as outras modalidades da educação básica é o perfil dos estudantes, sendo eles trabalhadores/as de baixa renda ou de trabalhador/a precarizado/a.



As reflexões deste artigo partem da atuação do grupo PIBID História junto às turmas do Ensino Fundamental e Médio da EJA no Colégio Estadual Guilherme Briggs (CEGUIB), localizado em Santa Rosa, Zona Sul de Niterói. Os discentes são, em sua maioria, trabalhadores e trabalhadoras negros, moradores de periferias, que buscam, através da certificação da conclusão do ensino básico, melhores oportunidades de trabalho e mais dignidade.

A metodologia envolve observação direta em sala de aula, participação em atividades pedagógicas, reuniões com a equipe escolar e debates com estudantes da instituição sobre o Programa Segunda Chance. O objetivo é refletir criticamente sobre os impactos dessa política e analisar o papel da escola e do grupo PIBID na resistência a medidas que comprometem a formação integral dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse cenário, o enfraquecimento da EJA torna-se preocupante, visto que os ataques direcionados a essa modalidade da educação básica minam a possibilidade de milhares de jovens e adultos conquistarem sua autonomia. Essa modalidade da educação básica é ofertada para pessoas maiores de 15 anos que não concluíram o ciclo básico de ensino em idade regular e possibilita a certificação de todos aqueles que foram obrigados a se afastar da escola. Nesse sentido, lidamos diretamente com pessoas que sofreram algum tipo de exclusão escolar durante sua trajetória de vida; seja pela repetição de séries ou evasão por conta da entrada precoce no mundo do trabalho. Além das questões socioeconômicas, outros fatores impedem a permanência desses alunos na escola, como por exemplo, as questões socioafetivas e psicológicas, trazidas pelas demandas familiares, ou ainda por alguma violência vivida no âmbito doméstico.

Recentemente, a EJA no Brasil passou por uma reconfiguração, tornando-se cada vez mais juvenil, seu público de adultos alfabetizados que nunca frequentaram a escola é minoritário, em geral. Os alunos mais velhos estão em um processo de retomada aos estudos interrompidos enquanto que os mais jovens buscam reparar o “descompasso” na relação idade/série escolar. Do mesmo modo, as turmas de EJA que acompanhamos como integrantes do PIBID são bastante heterogêneas, compostas por alunos e alunas de diferentes idades e, nesse contexto, os desafios colocados para a educação ganham novos contornos. Para isso, é necessário compreender o objeto pelo qual a análise trata de investigar as nuances observadas nesse contexto – sendo a implementação do programa “Segunda Chance” – com a finalidade



de promover uma reflexão sobre as consequências e as causas da formulação dessa certificação.

Em março de 2025, o Colégio Estadual Guilherme Briggs teve a surpresa desse programa, uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) regulamentada pela Portaria SEEDUC/SUGEN nº 1091/2025 e pela Resolução SEEDUC nº 6331/2025. Trata-se de um exame composto por 120 questões de múltipla escolha – sendo 30 para cada área de conhecimento –, além de uma redação, destinado aos discentes matriculados na rede estadual com 15 anos ou mais que estejam no ensino fundamental ou 18 anos ou mais para aqueles que estiverem no ensino médio. Como mostra o Portal Consed (2025), cerca de 100 mil estudantes estavam aptos para participarem da primeira prova dessa política de certificação que teve sua primeira edição realizada nos dias 29 e 30 de abril de 2025.

Caso o aluno obtivesse, no mínimo, 50% de acertos em cada área de conhecimento e 50% de proficiência na redação, ele poderia ingressar no ensino médio – se estivesse no ensino fundamental – ou receber um certificado de conclusão – se estivesse no ensino médio. Segundo informações da própria secretaria, no total, foram aprovados 7.164 alunos, sendo 2.427 para ingressarem no Ensino Médio e outros 4.737 que receberam o certificado de conclusão da Educação Básica. Vale ressaltar que essa prova é diferente do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja), um programa de certificação do governo federal que abrange indivíduos que não precisam necessariamente estar matriculados numa instituição de ensino.

Ao comentar sobre o Programa Segunda Chance, a secretária de educação do estado, Roberta Barreto, disse que “é muito importante termos cidadãos formados para executarem projetos que proporcionem qualidade de vida, e consequentemente fortaleçam a economia e aumentem as possibilidades de atuação no mercado de trabalho” (PORTAL CONSED, 2025). Por meio dessa afirmação, podemos ver como a gestora pública enxerga a escola para essas pessoas ao vangloriar a educação apenas para o viés do campo laboral em detrimento da formação integral que essa instituição deveria proporcionar para todos os seus alunos.

De acordo com o Sindicato Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (2025), esse processo de desescolarização/aprovação automática por meio de provas diagnósticas tem como objetivo “transferir a gestão das escolas estaduais para a iniciativa privada”, assim como ocorre em São Paulo e no Paraná. Além disso, segundo a associação, mostra ainda como esses alunos são “vistos como um problema que atrapalha os índices de qualidade”,





sendo resolvido através de um exame de certificação, como se fossem “convidados a se retirarem da escola”.

Em relação ao nome, uma problemática pode ser vista já que seu aparente objetivo seria para aqueles estudantes que tiveram suas “chances perdidas” durante suas vidas. Contudo, ao realizar esse movimento, a SEEDUC mostra que essa falta de vida escolar foi por culpa deles, e não do brutal sistema que vivemos que os afastou dessa instituição, fazendo com que trabalhassem desde sua infância e/ou adolescência, tendo inclusive que conciliarem seus estudos com jornadas de trabalho exaustivas.

Apesar dessa prova ser aplicada também no ensino regular para aqueles com discrepância na sua idade-série, verifica-se que esse suposto problema na defasagem etária dos alunos com as suas séries escolares é muito mais presente na Educação de Jovens e Adultos. Ao saber disso, a equipe da escola, envolvendo professores e coordenadores, realizou uma palestra com discentes de todas as turmas sobre essa iniciativa do governo do estado na qual ocorreu um debate sobre os âmbitos que circundam essa prova, abordando as perdas em suas formações caso optassem por aderirem ao programa. No final, os alunos com idade superior a 25 anos optaram por não realizar a prova, diferentemente dos mais novos que decidiram por fazê-la e, com isso, observamos um vínculo mais significativo dos mais adultos e idosos com a escola, sobretudo porque essa vivência lhes foi retirada de forma violenta ao longo de suas trajetórias de vida. No caso dos mais jovens, acreditamos que também possuem apreço pela escola, porém estão imersos na lógica produtivista de certificação e de imposição do mercado de trabalho, o que implica a desvalorização da experiência escolar em si.

De acordo com Cassab e Nicodemos (2022, p. 1), essa proposta dentre várias de teor ultraneoliberal acarreta, no âmbito da EJA, “processos de desescolarização [...] que passam a experimentar ofertas de educação fora das estruturas escolares, em modelos de certificação aligeirada e de Educação à Distância”. Além desta certificação em massa, não duvidamos de que Educação à Distância pode se tornar uma realidade para os jovens e adultos também por causa da parceria da SEEDUC com o Grupo Eureka que possui uma plataforma direcionada para discentes e professores com diversos recursos educacionais, como videoaulas, materiais didáticos e simulados.

Diante disso, não podemos ficar alheios ou indiferentes, já que o Decreto nº 9.057/2017 autorizou o funcionamento da modalidade a distância em diversos segmentos da educação, inclusive na EJA, configurando ataque direto aos profissionais do ensino. Temos ainda a Resolução nº 3, de novembro de 2018, responsável por atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que “prescreve, em seu 5º parágrafo, que é



admissível destinar na EJA até oitenta por cento de sua carga horária total de forma à distância” (CASSAB e NICODEMOS 2022, p. 6 apud BRASIL, 2018). Apesar dessas legislações terem sido revogadas, respectivamente, pelo Decreto nº 12.456/2025 e pela Resolução nº 2, de novembro de 2024, devemos manter uma postura vigilante e crítica diante das novas regulamentações, uma vez que muitas delas mantêm diretrizes semelhantes de cunho ultraneoliberal, reforçando a lógica da mercantilização da educação e a precarização do trabalho docente.

No *instagram* da SEEDUC, algumas postagens foram feitas desde o dia 27 de fevereiro de 2025 até a data do exame para divulgar o Programa Segunda Chance seja apresentando ou tirando dúvidas sobre ele. Numa destas, estudantes simulam uma conversa sobre essa prova e afirmam que optar por participar dessa iniciativa seria “a chance de mudar o rumo dos meus estudos” e “a melhor escolha da sua vida”⁸. Dessa forma, por meio dessa publicidade, mostra-nos o caráter ultraneoliberal das reformas implementadas na educação, pois vemos o objetivo da SEEDUC com esses discentes: formar indivíduos apenas para o mercado de trabalho, visto que é um incentivo de retirar esses alunos da escola por meio da certificação em massa, acarretando uma evasão em massa destes do ambiente escolar.

Diante desses ataques à escolarização da Educação de Jovens e Adultos e a exclusão dos profissionais da EJA na discussão sobre os projetos voltados à educação da gestão executiva de Cláudio Castro, o grupo do PIBID de ensino de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) também resolveu agir para que mais pessoas soubessem dessa medida estadual ultraneoliberal. Nas nossas reuniões de núcleo, em busca de maior visibilidade, decidimos produzir um vídeo para divulgar no *instagram* em formato de *reels* a fim de explicar e denunciar essa política de certificação. Dessa forma, o vídeo publicado na conta @pibidhistoria.2025 – que contou com o auxílio da professora da Faculdade de Educação da UFF, Nivea Andrade – e já possui quase duas mil visualizações, teve como proposta principal informar a comunidade escolar e o público em geral sobre os impactos dessa política, que ameaça o caráter formativo, inclusivo e emancipador da EJA – reduzindo-a a uma mera lógica de certificação rápida e descontextualizada⁹.

Através dessas elucidações, buscamos mostrar como o Estado do Rio de Janeiro aparenta se livrar da sua obrigação com esses estudantes em relação à educação, ferindo os princípios constitucionais previstos no artigo 205 da Constituição Federal e no

⁸ Esse trabalho é fruto das experiências vividas pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de ensino da História da Universidade Federal Fluminense - UFF.

⁹ O vídeo mencionado se encontra disponível em: <<https://www.instagram.com/reel/DG34idOOwyr/>>. Acesso em: 07 out. 2025.



artigo 4º, inciso VII, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, que garantem o direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos, inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Assim, percebe-se que essa certificação acelerada com esses alunos mostram como o poder público vê essa modalidade da educação básica, já que

A EJA sempre foi tratada pelo Estado como uma educação de segunda classe, que nunca assegurou o acesso e a permanência na escola, nem as condições de acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Atualmente, menos do que negar o acesso à educação, o que prevalece são formas diferenciadas de acesso, por meio de propostas que ampliam a certificação para os trabalhadores, mas não o acesso ao conhecimento (VENTURA, 2011, p. 92-93).

Inferindo as condições escolares da EJA e a natureza do projeto Segunda Chance , é indispensável considerar que se faz necessário o respeito à realidade, já que essa modalidade exige que haja apropriadamente uma dedicação ao processo de aprendizagem e o bem estar social dos alunos. Considerando que esta realidade é fruto de uma construção coletiva e de um fortalecimento interno dos compromissos selados com a EJA, é imprescindível investigar o verdadeiro sentido da construção coletiva de saberes na qual se mostra ineficaz com a aplicação de uma prova neste modelo.

De acordo com as atribuições e as experiências do próprio PIBID, elucidamos neste texto, como esse programa apoia e participa da construção coletiva da sala de aula. Desta maneira, observamos o quanto o ambiente social na escola pública – sobretudo na Educação de Jovens e Adultos – deve possuir um caráter altamente popular e democrático. Compreende-se que a essencialidade dessa modalidade está atrelada diretamente a esse perfil estudantil, visto que “o mérito dos projetos populares de EJA tem sido adequar os processos educativos à condição em que são condenados os jovens e adultos” (ARROYO, 2005, p. 227).

No mais, na complexificação das vivências e saberes escolares expostos na EJA, há uma relação de contribuição da promoção desses saberes pessoais para a formação da escola como um local social. Ao centralizar a experiência escolar, a modalidade ganha uma elevação na potencialidade do processo de ensino-aprendizagem, especialmente porque supõe-se que a atenção é voltada para um público que previamente sofreu alguma interrupção da experiência do espaço da escola. Além disso, o papel fulcral exercido pelo docente na associação com uma escola socialmente justa e a compreensão da habilidade de tornar a educação para a classe trabalhadora¹⁰ realista e acessível cria uma posição estratégica no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas com os saberes que elas produzem de

¹⁰ O vídeo pode ser assistido pelo link: <<https://www.instagram.com/p/DJDIKw3RH8p/>>. Acesso em: 08 out. 2025.





acordo com seus interesses e suas devidas finalidades, como mostra Tardif (2002, p. 33).

Neste contexto, comprehende-se que a escola precisa ir além do conteúdo exclusivo aos saberes científicos e/ou técnicos, desassociando-se da influência da pedagogia tradicional de “transmissão de conhecimentos” e do reproduativismo, agarrando-se devidamente no que diz respeito à própria ação do cotidiano e das conexões sociais, tal ação entra em contradição com as tendências atuais de educação liberal e esvaziada.

Atualmente, no Brasil, é evidente que há uma crise sendo enfrentada pelo sistema educacional, principalmente na rede pública, e que se deve a essas reformas educacionais liberais que estão transformando as qualidades escolares e consolidando aspectos que não combinam com a prática pedagógica realizada na EJA. Além disso, esse desmonte estratégico pode ser questionado a partir da análise de disputa do controle do processo pedagógico. O controle do Estado, influenciado pelos interesses privados de formação reproduтивista e objetiva, tem propiciado uma educação cada vez mais pautada nos conteúdos, nas avaliações e nos resultados. Como consequência disso, a escola progressivamente marginaliza os valores que a experiência escolar agrupa, tendo em vista que projetos como o Segunda Chance, além de centralizar a avaliação na aprendizagem, pode produzir um efeito de desescolarização em massa. Dessa maneira, a escola mede o aprendizado e mensura os resultados, classifica os “bons” e “maus” alunos e responsabiliza os indivíduos, algo que tira o foco da implicação na realidade e esvazia os propósitos da educação ao valorizar a conclusão, o diploma.

O fato das escolas agirem sob motivação externa sem que haja um movimento na própria cultura da escola que se aproprie de seus problemas, reflita, recrie e participe dos processos de melhoria, bloqueia e agrava as relações de ensino. A associação entre desempenho dos alunos e pagamento dos professores, seja como salário variável, seja como bônus anual, por exemplo, turbina definitivamente esta rede de relações que se torna conflitiva e concorrencial (FREITAS, 2014, p. 1097).

Esse caráter excessivamente tecnicista e de reprodução contraria os princípios pedagógicos fundamentais das vivências e da proteção ao cotidiano escolar – sobretudo no contexto da Educação de Jovens e Adultos – ao evidenciar uma concepção restrita de educação, compreendida estritamente a um lugar de “suprimento de conhecimentos” não adquiridos em determinado momento que, idealmente, possibilita a superação pela conclusão imediata do processo de escolaridade. Tal perspectiva ignora a dimensão social da escola, entendida como espaço de formação cidadã e de atuação política do propriamente do Estado enquanto agente garantidor de direitos sociais, especialmente no âmbito da escola pública.

O Colégio Estadual Guilherme Briggs, onde o grupo do PIBID desenvolve suas atividades, constitui um exemplo significativo dessa função ampliada da instituição escolar.



Durante o período da pandemia de Covid-19, mesmo diante das interrupções e reduções das atividades presenciais, observou-se que diversos estudantes continuaram frequentando o espaço escolar para ter acesso à alimentação fornecida pela instituição — um elemento essencial para a segurança alimentar e, portanto, um direito social básico. Essa experiência evidencia o papel da escola pública como um importante braço do Estado na efetivação de direitos fundamentais, algo que é desvalorizado quanto ao caráter formador e assegurador da cidadania que a escola exprime, cuja responsabilidade está muito além da mera transmissão de conteúdos. Dessa forma, iniciativas como o Programa Segunda Chance evidenciam que o posicionamento do Estado do Rio de Janeiro não vem respeitando a forma natural da Educação para Jovens e Adultos de retomada do processo escolar e de valorização das vivências cotidianas que competem a esse espaço.

É perceptível que o interesse do programa é de exercer lucratividade ao Estado, enxugando e aumentando a produtividade do aparelho estudantil, quanto aos estudantes, também pode ser legítima a vontade de realizar a avaliação, enxergando o programa como uma superação da formação escolar. Principalmente devido aos desafios diários de suas realidades sociais – tendo em vista que muitos são trabalhadores informais, pais e mães de família, moradores de favelas, e estão em situação de fragilidade social e emocional –, a continuidade na escolarização torna-se uma questão principal tanto para os educandos quanto para os educadores da EJA. É evidente que essa questão revela o quão favorável o projeto se demonstra como produtor do desmonte da educação ao priorizar a aceleração de certificação e, assim, preterir a permanência dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos, especialmente daqueles que já tiveram suas trajetórias escolares interrompidas ao longo da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa maneira, é de suma importância revisitar a diversidade de compreensões sobre a escola pública e os massivos esforços exigidos pela modalidade da EJA. A postura de aceleração da escolarização não apenas contribui para a redução das atribuições e obrigações do Estado, como também desvia a prioridade para os resultados imediatos e a formação através de estatísticas e números. Com isso, é negligenciada a real implicação do espaço escolar como lócus de formação cidadã e de promoção de direitos sociais, desumanizando o cotidiano da escola e a trajetória dos estudantes.

Em uma análise estrutural, a insistência em projetos de certificação aligeirada, como o Segunda Chance, se choça frontalmente com o que preceitua a legislação brasileira. A LDB



no artigo 37, parágrafo primeiro, é clara ao determinar que a EJA deve ser organizada "levando em conta as características, interesses e condições de vida e de trabalho do trabalhador". Nesse sentido, o projeto é sintomático de um deslocamento filosófico mais amplo: a educação, enquanto direito à emancipação e ferramenta crítica, é reduzida à função mercadológica de "correção de fluxo".

Ao tratar o conhecimento como um dado processável e o diploma como um mero fim estatístico para o "enxugamento" do aparelho estudantil, o Estado não só abdica de sua função humanizadora, mas trai a própria essência da EJA como espaço de retomada e resistência contra as violências sociais. É imperativo garantir que o valor da EJA não seja mensurado pela celeridade de sua conclusão, mas sim pela profundidade de sua transformação social e crítica.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. In: MEC, UNESCO, RAAAB (org.). Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: MEC/UNESCO, 2005.
- BOCCHINI, A.; NOGUEIRA, B.. A pedagogia da maçaneta e a pedagogia da loteria. In: BOCCHINI, Ana. **Ana Bocchini Blogspot.** [s.I], 30 jan. 2017. Disponível em: <<http://anabocchini.blogspot.com/2017/02/a-pedagogia-da-macaneta-e-pedagogia-da.html>>. Acesso em: 07 out. 2025.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 out. 2025.
- CASSAB, M.; NICODEMOS, A. A Educação de Jovens e Adultos no tempo presente: entre silenciamentos, invisibilidades, retrocessos e resistências. **Revista Cocar**, V. 11, 2022.
- FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, V. 35, 2014.
- Pibid História 2025. **O PIBID História UFF 24/26 inicia seus trabalhos nesta rede em forma de denúncia.** Rio de Janeiro, 29 abr. 2025. Instagram: @pibidhistoria.2025. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/DJDIKw3RH8p/>>. Acesso em: 08 out. 2025.
- Profissionais de educação condenam ataque ao EJA com implementação do programa “Segunda Chance” da SEEDUC. **Sindicato Estadual dos Professores do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2025. Disponivel em: <<https://seperj.org.br/profissionais-de>



educacao-condenam-ataque-ao-eja-com-implementacao-do-programa-segunda-chance-da-seeduc/#respond>. Acesso em: 07 out. 2025

IX Seminário Nacional das Licenciaturas

IX Seminário Nacional do PIBID

Programa Segunda Chance oferece nova oportunidade para alunos avançarem nos estudos.

Portal Consed, Rio de Janeiro, 14 mar. 2025. Disponível em:
<<https://www.consed.org.br/noticia/segunda-chance-programa-da-seeduc-rj-oferece-nova-oportunidade-para-alunos-avancarem-nos-estudos>>. Acesso em: 07 out. 2025

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. A Hora de Avançar é Agora. Rio de Janeiro, 27 fev. 2025. Instagram: @seeducrj. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/seeducrj/p/DGlVTqvOV1i/>>. Acesso em: 07 out. 2025.

Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Vem coisa boa por aí. Rio de Janeiro, 06 mar. 2025. Instagram: @seeducrj. Disponível em:
<<https://www.instagram.com/reel/DG34idOOwyr/>>. Acesso em: 07 out. 2025.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: **Vozes**, 2002.

VENTURA, J. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: CIAVATTA, M.; TIRIBA, L. Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. 1 ed. Brasília/Niterói: **Liber Livro/Editora UFF**, 2011.